

A IMPORTÂNCIA DOS PROCESSOS EDUCATIVOS NA APLICAÇÃO DO MÉTODO DE OLIMPÍADAS

Lucas Eduardo da Silva (1); José Afonso da Silva Galhardo (1); Gabriela Machado Silva(2);
Daniela Beatriz Lima Silva Viana (3)

Instituto Federal do Triângulo Mineiro, lueduardosilva@gmail.com (1); Instituto Federal do Triângulo Mineiro, afonso_dasilva19@hotmail.com (1); Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, gabriela.ufms@hotmail.com (2) Orientadora, Instituto Federal do Triângulo Mineiro, danielalima@iftm.edu.br (3).

Resumo: Entendemos que a principal ferramenta para avaliar o conhecimento de alunos e instituições de ensino são as conhecidas “provas”, a exemplo disso podemos citar o ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio. Com foco um pouco diferente foram surgindo outros tipos de avaliações com objetivos mais específicos, visando a integração, interação e a competitividade entre os alunos, são as conhecidas “Olimpíadas”. As Olimpíadas, no sentido educativo, surgiram com o principal intuito de descobrir novos talentos, principalmente nas áreas das ciências naturais. No entanto, essa forma de “competição” já pré-seleciona seus competidores de acordo com seu capital cultural, justamente pela falta de acompanhamento nos processos educativos, criando assim uma política que exclui os menos favorecidos, que acaba “expondo” o aluno/cidadão aos perigos de “cair” no polêmico assunto de meritocracia. Com foco em apenas uma área da ciência, este artigo tratará especificadamente sobre a “Olimpíada de Biologia”, que com o auxílio do PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, foi aplicada em duas escolas estaduais de realidades distintas do município de Uberaba, MG. O principal objetivo foi acompanhar os alunos nos processos que antecederiam a avaliação e comparar os dois ambientes escolares distintos, analisando às formas de resposta de participação ao método “Olimpíada”, aplicada de forma readequada a cada ambiente, além de avaliar a aceitação dos alunos, o desempenho e o envolvimento. A metodologia de aplicação diferiu entre as duas escolas, o que resultou em diferenças quanto ao aproveitamento por parte dos alunos. Ainda assim, de modo geral, a aceitação do projeto pelas escolas e pelos alunos foi satisfatória, em ambos os espaços o clima de competição aliado ao estudo resultou em grande desempenho e interesse. Por meio dos resultados obtidos, entendemos que a competição em si não é um problema, mas depende de como ela é utilizada, podendo ela ser uma grande aliada nos processos educativos ou uma grande vilã no mesmo. Formar cidadãos é muito mais que algo técnico, e respeitar o capital cultural de cada indivíduo pode ser o principal foco no combate de competições excludentes, que valorizam somente o sucesso de quem as conquista e culpa pelo fracasso os que ficam pelo caminho.

Palavras-Chave: Competição, Olimpíada de Biologia, Meritocracia, Contexto educacional.

Introdução

Atualmente tem-se conhecimento de que o principal método utilizado para avaliação do desempenho de alunos e instituições de ensino são as conhecidas “provas”, a exemplo da Prova Brasil, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), etc. Outras avaliações mais específicas dão ainda maior foco à competição entre os alunos do que à avaliação do conhecimento individual de cada um, como as famosas Olimpíadas de Matemática, Física, Biologia, entre outras. Esse modelo de competição surgiu com o intuito de descobrir novos talentos científicos, além (e conseqüentemente) de diversificar os métodos tradicionais de avaliar o aluno e a instituição de origem.

Rezende e Ostermann (2012) questionam a prática das olimpíadas escolares, defendendo a colaboração nos processos educativos, e argumentando contra o perigo que a competitividade pode trazer, especialmente quando ocorre entre estudantes que já passaram por seleção de acordo com o seu “capital cultural” (termo esse utilizado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu para se referir a toda cultura adquirida pelo sujeito, de acordo com seus hábitos e sua classe social). Para Bourdieu e Passeron (1975), o capital cultural é o fator de maior impacto no destino escolar dos alunos/cidadãos. Por exemplo, pais letrados ou que tiveram alguma formação, tendem a expor seus filhos a leituras, incentivo a participar de eventos artísticos e culturais, como museus, teatros, etc, tornando isso um hábito; tais indivíduos apresentam vantagens se comparados a outros que não tiveram a mesma oportunidade, os mesmos incentivos.

Outra amostra que envolve a construção de capital cultural são os livros didáticos usados, que possuem o mesmo conteúdo de norte a sul do país, com exemplos que muitas vezes fogem da realidade que o aluno está inserido. Quando se fala de meio ambiente por exemplo, muitos alunos logo pensam em girafas, zebras, ou qualquer outra coisa que muitas vezes nunca viram e que conhecem somente pela fotografia do livro. Por outro lado, aqueles que já tiveram contato com isso de alguma forma saem em vantagem, pois o contato com essa realidade contextualiza o conteúdo, o tornando muito mais palpável do que para quem não os viu, e isso em uma “competição” pode ser algo crucial.

Embora a competição nunca tenha estado de fato fora da escola e do sistema educacional, há inclusive o estabelecimento de hierarquias; autores ressaltam o perigo de cair na meritocracia. Acerca disso André (1996) diz:

“... desde as primeiras séries, os alunos se observam e se medem e dessa comparação surgem hierarquias: os que leem melhor, os que escrevem bem, os “fortes” em matemática, os bons no esporte, os que

sabem discutir e argumentar, os mais hábeis nos desenhos. E, da mesma maneira, definem os que saem apenas razoavelmente ou até mal nesses vários âmbitos. Essas hierarquias aparecem mais rapidamente quando as tarefas são as mesmas para todos e as condições similares, ficando mais claro as diferenças de desempenho.” (ANDRÉ, M. E. D. A. de. 1996, p.17).

O presente trabalho tratará especificamente sobre a “Olimpíada de Biologia” realizada com auxílio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, em duas escolas estaduais no município de Uberaba, MG, no Triângulo Mineiro. O principal objetivo foi aplicar essa forma de avaliação em duas escolas de realidades completamente diferentes, comparando-as quanto às formas de resposta de participação ao método “olimpíada”, com enfoque nos processos educativos. Tivemos como objetivo também avaliar a aceitação do método de olimpíada, e consecutivamente o desempenho e o envolvimento da escola nos processos em todos os níveis, desde a direção até os alunos.

Metodologia

Para que os resultados pudessem ter um bom comparativo, foram escolhidas para aplicação do projeto duas escolas com realidades bem distintas (como mencionado anteriormente), porém de mesmo contexto educacional. Ambas são estaduais, sendo que uma delas (“Escola A”) está localizada em uma região mais central da cidade, enquanto a outra fica mais afastada do centro (“Escola B”), atendendo alunos de zonas periféricas da cidade.

Foi apresentado o mesmo projeto para ser aplicado em ambas as escolas, um projeto tradicional de olimpíada de conhecimentos, com perguntas objetivas, de múltipla escolha com única resposta, no formato do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Esse formato foi escolhido como base pois seria aplicado aos terceiros anos do ensino médio de cada escola, e como prestariam essa prova na metade do segundo semestre, já os auxiliariam nos estudos. O modelo proposto serviria somente de base, dando ao professor junto à direção da escola total autonomia para fazer quaisquer mudanças que achassem cabíveis e adaptar o projeto à sua realidade, respeitando assim as limitações de cada espaço.

A Escola A usou exatamente o modelo proposto, trinta questões de biologia de diferentes graus de dificuldade para serem resolvidas individualmente em uma hora e trinta minutos, ou seja, três minutos por questão, como simulação do próprio ENEM (que conta com essa média de tempo para resolução das questões). As premiações nessa escola foram: três pontos de participação no evento, três pontos pelo desempenho apresentado na prova, e

bonificações aos três melhores colocados com troféu, medalha de ouro e uma caixa de chocolate para o primeiro colocado, medalha de prata e uma barra de chocolate para o segundo colocado e para o terceiro colocado medalha de bronze e bombons de chocolate. Esse modelo foi adotado pela escola na justificativa de já estarem preparando seus alunos para os vestibulares, e medir seu desempenho individual seria melhor para saber quais eram as maiores dificuldades dos alunos, e assim guiar intervenções posteriores melhorando o sucesso no ingresso dos alunos em instituições de ensino superior.

Já na Escola B o professor responsável julgou necessário que mudanças fossem feitas, pois aquele modelo tradicional não despertaria muito o interesse dos alunos, pois fugia um pouco de suas realidades, e já que o foco era competição, que isso pudesse ser tratado como qual. Por essa sugestão, mudanças consideráveis foram feitas pelo professor das turmas. As questões e o formato da prova foram mantidos, porém não seria mais de forma individual, e sim por equipes de até seis alunos, que poderiam consultar livros, cadernos, ou qualquer outro material que fosse impresso, pois conforme fossem consultando o material iriam revisando o conteúdo já estudado e inclusive vendo coisas que por algum motivo ainda não haviam aprendido, fixando novos e antigos conteúdos. Foi restringida a consulta a qualquer outro tipo de material, como celulares, tablets, ipods, notebooks ou qualquer outro aparelho eletrônico. A prova foi realizada também em uma hora e trinta minutos. Prever quantas questões seriam resolvidas em grupo naquele período de tempo seria completamente inviável, então a correção seria feita proporcionalmente à quantidade de questões realizadas por cada grupo, (exemplo: se dez questões fosse a quantidade máxima realizada por algum dos grupos, no tempo estipulado, esse seria o número utilizado para atribuir a pontuação, ou seja, uma regra de três seria feita e a pontuação total seria dividida por dez, nesse caso, para cálculo do valor de cada questão). Os alunos foram encorajados a responder o máximo que conseguissem no tempo determinado. As formas de premiação foram bem semelhantes às da Escola A: três pontos de participação e colaboração no evento; três pontos pelo desempenho do grupo na prova; e premiações aos três grupos melhores colocados. O grupo melhor colocado seria premiado com troféu, medalha de ouro (uma para cada aluno do grupo), uma caixa de chocolate e um certificado de participação e vencedor da competição emitidos de forma oficial pela direção da escola. O grupo segundo colocado receberia medalha de prata e bombons de chocolate, e por fim, o grupo terceiro colocado com medalha de bronze e bombons de chocolate.

Resultados e Discussão

A aplicação surpreendeu todas as expectativas, e a aceitação do projeto pelas escolas e pelos alunos foi extremamente satisfatória em ambos os casos; o clima de competição aliado ao estudo resultou em bons desempenhos e interesse, na maioria das vezes. Dois resultados puderam ser obtidos dessa aplicação, o que parece óbvio já que se trata de duas escolas de realidades diferentes com duas aplicações realizadas de maneiras diferentes, mas que não é tão óbvio assim depois de entendermos os casos.

Rezende e Ostermann (2012) tinham razão quando disseram que os mais favorecidos têm vantagens decisivas, e isso pôde ser constatado com a Escola A (Figuras 1 e 2). O primeiro colocado (acertou vinte e sete questões de trinta, ou seja, obteve 90% de aproveitamento e hoje cursa medicina na Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM) em seu discurso no momento da premiação, disse que estudava oito horas por dia além do que já estudava na própria escola. Isso nos faz pensar sobre a meritocracia, pois ele havia conquistado essa pontuação por seus méritos, mas por outro lado, pesava o fato de que nem todos os alunos tiveram as mesmas oportunidades/condições de estudo, por trabalharem no período oposto ao de aula, ou por qualquer outro motivo. Como toda ação, nem sempre é possível despertar o interesse de 100% do público alvo, que foi outro fato observado que merece grande destaque, pois mesmo com a maioria tendo aceito de forma satisfatória, uma quantidade considerável de alunos que não se julgavam bons o suficiente não se dedicaram e alguns nem participaram da prova, pois de modo hierárquico (ANDRÉ, 1996) consideravam que haviam outros candidatos “melhores” que eles, e por se tratar de uma competição, não ganhariam; logo não havia motivo para participarem, iam “jogar” para perder.



Figura 1: Aplicação da “Olimpíada de Biologia” na escola “A”.



Figura 2: Premiação na escola “A”.

Embora o projeto tenha sido bem aceito pelos participantes de modo geral, comprovar que a competição – aplicada dessa forma, tradicional e individual – pode ser de fato mais perigosa que produtiva, deixa dúvida sobre a real intenção/sentido desse tipo de aplicação. Dubet (2004) no trabalho intitulado “O que é uma escola justa?” fala justamente do perigo do modelo meritocrático; quando a competição é aplicada de forma igual a todos, a dedução é de que todos tiveram as mesmas condições de preparação para tal, logo os alunos que não tiveram rendimento satisfatório, param de ser vistos como vítimas e passam a ser responsáveis por seu fracasso, pois a escola “lhes deu” a oportunidade de ter sucesso como os que tiveram, o que parece não condizer com a realidade escolar e cultural. É perigoso esse olhar da escola para com o aluno, mas é mais perigoso ainda esse olhar do aluno para consigo mesmo, se culpando por algo que muitas vezes é resultado de uma mescla de fatores.

Por outro lado, a aplicação na Escola B foi em sua totalidade satisfatória, talvez até mais que na Escola A. A Olimpíada ocorreu de maneira diferente pelas alterações que foram feitas, melhorando a competitividade, com resultados bem positivos. Nessa segunda prática foi possível refutar as ideias de Rezende e Ostermann, e a competição não funcionou como um vilão dessa vez. O possível motivo do resultado ter sido tão diferente foi o projeto não ter se baseado em avaliar os alunos de forma individual, nem como maneira de medição para saber quem era o mais ou o menos capacitado em resolver as questões, e consequentemente se dar bem nos vestibulares, mas sim como algo competitivo no significado lúdico da palavra, tirando a responsabilidade do aluno de competir individualmente com alguém (Figuras 3 e 4). Os grupos foram decididos pelos próprios alunos, que logo formaram equipes com indivíduos

dos seus respectivos círculos de amizade. Pressupõe-se com isso que eles não estavam de fato preocupados com quem sabia mais ou menos, pois sabiam que o “peso” da responsabilidade estava dividido. Em nenhum momento os professores interviram quanto à divisão dos grupos. A competição havia tomado outra forma, pois até mesmo os alunos julgados “mais problemáticos” ou “menos capazes” pela comunidade escolar se sentiram motivados pela força do grupo, pois sabiam que os amigos precisavam deles. Sem saber qual era o melhor grupo e com a possibilidade de consulta dos materiais, todos tiveram a esperança de vencer e foi nítido o envolvimento e empenho de todos os alunos, sem exceção. Os resultados apresentaram uma menor discrepância de desempenho entre os alunos se comparado com a Escola A, pois nenhum grupo teve rendimento negativo, independente de terem usado material de consulta ou não. Para nossa surpresa, o grupo que ganhou essa competição era composta pelos alunos vistos como mais problemáticos pelos professores e até mesmo pela direção escolar. Esse grupo apresentou um rendimento bem satisfatório, sinalizando que eles provavelmente não têm problemas de aprendizagem; é possível que os métodos utilizados para ensinar não sejam adequados a eles, o que nos sensibiliza com relação aos cuidados em como ensinar algum conteúdo.



Figura 3: Aplicação da “Olimpíada de Biologia” na escola “B”.



Figura 4: Premiação na escola “B”.

Infelizmente naquele ano nenhum dos alunos da Escola B conseguiu ingressar em uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública - como citado no caso anterior. No entanto, a sensação de chegar mais próximo de ter formado cidadãos, (como prevê a da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, IV seção, no Art. 35º), não só pela competição em si, mas principalmente pelos processos educativos, acompanhando, solucionando dúvidas, deixando o conteúdo mais “palpável” - como observa-se em modalidades esportivas, onde os alunos são os atletas e os professores seus técnicos (NASCIMENTO; PALHANO; OEIRAS, 2007) -, é extremamente prazerosa. Medir a eficiência de uma máquina é algo completamente normal e possível; por outro lado, medir, julgar, comparar, avaliar o ser humano e suas especificidades é algo extremamente complicado, principalmente quando se associa desempenho a sua capacidade de produção, quantidade de trabalho (BARBOSA, 1996). Tratar o aluno como pessoa, um ser em sua totalidade, e não como mais um número, ou máquina de produção faz toda a diferença na experiência de iniciação à docência, tanto no ambiente escolar quanto perante a sociedade. “A busca de um ensino mais reflexivo e contextualizado está em sintonia com esse enfoque que persegue também os objetivos de formar um cidadão crítico, capaz de interagir com a sociedade”. (PINHEIRO, 2007, p. 85).

Conclusões

Por meio dos resultados obtidos, entendemos que a competição em si não é um problema, mas sim, que depende de como ela é utilizada. Se usada como competição exclusiva onde só os favorecidos e pré-selecionados por seu capital cultural têm vantagens,

logo ela se torna uma arma, mas se utilizada como método alternativo de ensino e avaliação pode se tornar grande aliada, pois a competição sempre traz animação. Unir isso ao ensino deveria ser algo positivo, pois além de trazer a ludicidade e a quebra de padrões tradicionais que as escolas possuem, torna o ambiente escolar mais prazeroso e menos maçante.

Formar cidadãos é muito mais que algo técnico, e respeitar o capital cultural de cada indivíduo pode ser o principal foco no combate a ações exclusivas, que valorizam somente o sucesso de quem as conquista.

Quando um médico por negligência leva um paciente à morte a culpa é dele, e não de quem morreu; quando um aluno fica para trás, será que a culpa foi única e exclusiva dele? O educador deve assumir a responsabilidade e a importância que tem frente a sua turma na sala de aula, pois esquecer/ignorar os que ficaram pelo caminho é cruel, principalmente quando se transfere toda a “culpa” ao sujeito que “ficou para trás”.

Perrenoud (1990) diz “o poder da organização escolar, que evidentemente deriva do sistema político, consiste em fazer de uma criança que se equivoca com retas, que não concorda o verbo com o sujeito, ou não domina o pretérito simples, um “mau aluno”. (p.18)

Referências

ANDRÉ, M. E. D. A. de. Avaliação escolar: Além da meritocracia e do fracasso. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nov. 1996, nº 99, p.16-20.

BARBOSA, Livia. Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil? *Revista do Serviço Público*. Brasília, Ano 47, Volume 120, Número 3, Set-Dez 1996.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. A reprodução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Gráfica do Senado, 1996.

DUBET, F. O que é uma escola justa? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539-555, set-dez, 2004.

NASCIMENTO, M. G. do; PALHANO, D.; OEIRAS, J. K. K. Competições escolares: uma alternativa na busca pela qualidade em educação. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE

INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 18., 2007, São Paulo. Anais... São Paulo: [s. n.], 2007. p. 284-287.

PERRENOUD, P. Avancer vers l'observation formative et une pédagogie différenciée. *Journal de l'enseignement primaire*. Genève, n.34, p.14-17, nov. 1991.

PINHEIRO, N. A. M. Formar cidadãos crítico-reflexivos: a contribuição da matemática. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 28, n.1, p. 81-92, jan./jun. 2007.

REZENDE, F; OSTERMANN, F. Olimpíadas de ciências: uma prática em questão *Ciência & Educação* (Bauru). São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, v. 18, n. 1, 2012, pp. 245-256.